

A POLÍTICA ECONÔMICA NO PERÍODO 1954/1955:

ALGUMAS NOTAS

Fausto Saretta[#]

Abstract

O texto trata de algumas questões de política econômica do período de agosto de 1954 a novembro de 1955 – governo de Café Filho – quando estiveram no comando do Ministério da Fazenda Eugênio Gudin (25.8.54 – 13.4.55) e José Maria Whitaker (13.4.55 – 11.10.55).

Há nesta substituição, de acordo com os estudos disponíveis, modificações importantes na condução da política econômica. Desta forma, cogita-se que a substituição de Gudin por Whitaker se fez por conta das pressões da plutocracia paulista descontente com a severidade da política de estabilização que então se praticava.

A existência de questões de cunho regional que levaram à troca de ministros traz um ponto importante para o entendimento dos limites e do alcance da estabilização. Neste breve período da história recente brasileira propõe-se a reforma cambial e, como em outros momentos, revela-se também o conflito entre o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda.

Ao tratar dos seis meses do ministério de Whitaker, procura-se entender as realizações e limites da sua política econômica.

Introdução

A breve administração de João Café Filho – 24 de agosto de 1954 a 08 de novembro de 1955 – permanece pouco estudada no quadro geral da história econômica brasileira. Possivelmente por sua curta duração – pouco mais de um ano e dois meses – e por estar situada entre as administrações de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, ambas de largas repercussões na vida brasileira, além de iniciada nos quadros da grave crise política de agosto de 1954, o governo Café Filho é considerado ainda um interregno irrelevante, de pouca significação no panorama mais geral do desenvolvimento da economia brasileira.

Entretanto, nem por isto o período de agosto de 1954 a novembro de 1955 deixou de merecer estudos qualificados que justamente apontam para sua importância e singularidade. Corroborando a idéia da relevância deste período, convém desde logo anotar que do ponto de vista mais geral da economia e particularmente da política econômica, o estudo preliminar deste curto período aponta para um conjunto de questões bastante significativo e com importantes repercussões para o desenvolvimento econômico.

Inicialmente é bom observar que ao final da primeira metade da década de 1950 o Brasil vivia as dificuldades oriundas da II Guerra Mundial, que levaram as autoridades brasileiras a conduzir a política econômica de forma improvisada e sujeita a importantes mudanças, decorrente principalmente dos problemas na área externa. A melhor expressão deste caráter mutante e improvisado estaria na administração de Eurico

[#] Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Email: fsaretta@fclar.unesp.br

Gaspar Dutra (1946-1951) e seus equívocos de avaliação, sobretudo do quadro internacional.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) se inicia dentro de um quadro de retomada da inflação e de desequilíbrio financeiro do setor público. Quanto à área mais sensível, a externa, a situação era mais favorável, fruto do controle das importações que se passou a exercer depois de maio de 1947 e, não menos importante, da recuperação do preço do café após o término do Acordo Pan Americano do Café em 1948, que significou uma elevação do seu preço em torno de 300% entre 1945 e 1950 com repercussões sobre as crescentes importações de matérias primas e produtos intermediários.

Entretanto, convém lembrar que a eclosão da Guerra da Coréia pressionou a balança comercial brasileira por conta tanto das crescentes importações justificadas pelo temor da escalada do conflito e pela pressão que este exerceu sobre os preços das matérias primas.

O resultado, como se sabe, é o quase colapso cambial já no primeiro ano do governo Vargas. As importações cresceram 82% frente ao ano anterior, uma vez que houve explícita leniência das autoridades quanto ao uso das licenças para importação. Tanto o acentuado ritmo de crescimento da renda nacional (7,2% em média entre 1946 e 1950), quanto o temor de um novo contingenciamento de matérias primas pela perspectiva de uma Terceira Guerra Mundial explicam este expressivo crescimento.¹

Ainda sobre o governo Vargas há que se registrar que os estudos sobre o período apontam que com a volta do ex-presidente ao cargo havia fundadas expectativas quanto à tão esperada colaboração do governo norte-americano negligenciada nos anos imediatos do pós Segunda Guerra Mundial.

Assim, a Comissão Mista Brasil Estados Unidos, formada em dezembro de 1950, indicava uma mudança significativa na atitude norte-americana frente aos reclamos brasileiros, de cooperação, sobretudo pelas marcantes carências que o País mostrava na infra-estrutura básica, notadamente no binômio transporte e energia.

Como observado acima, um dos legados problemáticos da administração Dutra foi a inflação ascendente. A necessidade de combater o aumento dos preços fundamentava um dos principais objetivos da política econômica interna. À estabilização, esperavam as autoridades, seguir-se-ia uma fase de crescimento e

¹ Para uma análise completa da política econômica do segundo governo Vargas, ver Besserman Vianna, Sérgio: "Duas tentativas de estabilização: 1951-1954" in Abreu, Marcelo de Paiva (org.): *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989, pp. 123-150, de onde boa parte destas observações foi retirada.

expansão do produto, para o qual o auxílio dos capitais norte-americanos seria primordial.

O crescimento econômico seria então o segundo ponto fundamental da proposta de governo. Os resultados são por demais conhecidos e bem aquém do originalmente esperado. Não se pode alongar esta Introdução ainda mais, mas convém lembrar rapidamente da crise de divisas de 1952, que leva à alteração da política de câmbio fixo e utilização das licenças de importação. Em dezembro de 1952 o Congresso aprovou a Lei 1807 – a Lei do Mercado Livre – e na verdade, o sistema de taxas de câmbio múltiplas, algumas flutuantes. A modificação na política de câmbio encerrava um longo período de taxa de câmbio fixa, desde 1939, e visava enfrentar o grave desequilíbrio do final de 1952. Esta importante modificação comprometia indelevelmente uma das bases da política econômica.²

A política de câmbio centrado no sistema de taxas múltiplas – a Instrução 70 da SUMOC buscava minorar o desequilíbrio cambial e combater a tendência ascensional da inflação do final da década anterior. Embora os preços ao consumidor do Rio de Janeiro tenham passado de 12,1% para 17,3% entre 1951 e 1952, alguns registros apontam para a taxa de inflação do Brasil decrescente nestes dois anos – de 14% para 7,9%, mas subindo acentuadamente para cerca de 20% nos anos seguintes – até pelo menos 1956³, a despeito do produto da economia apresentar taxas de crescimento positivas (de uma taxa inferior a 5% para 7,3% em 1951 e 1952).

Desta forma, portanto, os resultados da conjuntura foram frustrantes quando comparados à proposta original. Acresce-se a estas dificuldades a reorientação da política externa norte-americana, esvaziando em parte as propostas e recomendações da Comissão Mista, e também, no plano interno, pelas dificuldades do quadro político, com importantes repercussões no plano mais específico da gerência e condução da política econômica. A conjuntura política a partir de 1953, com a vitória de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo obrigava a incluir nos cálculos políticos o novo alcaide

² Segundo Besserman Vianna, S. op. cit., p. 128: “A crise cambial de 1952 ... tem origem na perda temporária do controle do comércio externo decorrente da defasagem existente entre concessão de licença e a efetivação das importações e uma série de fatos não previstos pelas autoridades econômicas, tais como a crise da indústria têxtil mundial e a queda vertiginosa, a forte retração nas exportações (com exceção do café), o gasto em dólares com a compra de trigo dos Estados Unidos, despesas adicionais com frete e imposição de sobrepreços nas importações como consequência dos atrasado comerciais (em torno de US\$ 620 milhões).” Sobre a Lei 1807 ver Malan, P., Bonelli, R., Abreu M. e Pereira, J.: *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2a. edição, pp. 84-85 e p. 448.

³ Os dados sobre inflação estão em Besserman Vianna, S. op. cit., p. 130. Ver também CEPAL: *Reports for 1953*. Nações Unidas, p. 273.

paulistano. Registre-se que a ascensão de Quadros seria contínua e avassaladora e repercutiria no governo seguinte como se procurará mostrar ao longo destas linhas.⁴

A partir de 1953, com a recomposição ministerial, a tônica da política econômica se centra definitivamente na estabilização. A opção por políticas fiscal e monetária restritas cotejava, como não poderia deixar de ser, o desequilíbrio externo para o qual a Instrução 70 (com cinco taxas cambiais diferentes, com ágios diferentes entre elas, ágios diretamente proporcionais em valor à essencialidade do bem ou produto importado) teria um papel decisivo. Os ágios arrecadados seriam e foram utilizados nos gastos do governo, embora originalmente tivesse sido proposto que fossem usados para o financiamento à agricultura e a regularização das operações de câmbio.

Os estudos sobre o período apontam vantagens e desvantagens, ganhos e perdas da Instrução 70, com certa folga para as contas externas, mas com pressões inflacionárias fortes (como os dados da inflação acima já apontaram) e com queda da taxa de crescimento do produto interno em torno de 2,5% em 1953.

No último ano da administração Vargas – 1954 – a situação econômica esteve marcada pela inflação, problemas no câmbio e principalmente pelo reajuste do salário mínimo em maio. Destaque-se a questão do preço do café que, em elevação, motivou pela segunda vez que nos Estados Unidos a campanha do Senador Gillete contra o consumo do nosso principal produto de exportação e que repercutiu negativamente nas nossas contas externas. Desta forma, permaneceriam os problemas da inflação – agravada pelo 100% de aumento do salário mínimo – e do desequilíbrio externo. É dentro deste quadro econômico permanentemente complicado que de forma trágica terminaria o segundo governo de Getúlio Vargas e assume seu Vice Presidente João Café Filho.

A Política Econômica do governo Café Filho

Nesta parte do texto vai se tentar estabelecer algumas considerações gerais sobre a economia brasileira do período 1954-55, com particular interesse pela política econômica do ano de 1955, quando esteve no Ministério da Fazenda o Sr. José Maria Whitaker.

O breve quadro desenhado na Introdução procurou traçar em linhas bastante gerais as dificuldades na condução da economia. Tantas outras questões emergem da

⁴ Sobre Jânio Quadros veja Chaia, Vera: *A Liderança Política de Jânio Quadros*. Ibitinga: Editora Humanidades, 1991.

análise destes anos e não foram sequer citadas, como por exemplo a criação da Petrobrás, ou o crescimento do número de empresas públicas, a gravidade da crise política, etc.

Importa considerar que em agosto de 1954 o Presidente recém empossado convida Eugenio Gudín para o Ministério da Fazenda, que convida Clemente Mariano para o Banco do Brasil e Octavio Gouveia de Bulhões para a SUMOC. Convém lembrar que Eugenio Gudín era um arguto e incansável crítico das políticas de desenvolvimento, das empresas públicas e não professava a superioridade da indústria frente à agricultura, voz corrente no desenvolvimentismo brasileiro.⁵

A principal proposta de Gudín e seu “dream team” era o combate à inflação. Segundo Roberto Campos “... Gudín se defrontava com uma atmosfera inclemente quer interna quer externa. Internamente recebera uma bomba de retardamento: ... o aumento de 100% do salário mínimo que Vargas decretara quatro meses antes, após a famosa e demagógica proposta populista de João Goulart” e externamente, ainda segundo Campos, a falta de entendimento do FMI e do Banco Mundial “... pouco compreensivo em relação à irracionalidade brasileira de rejeitar capitais privados para o petróleo e mendigar empréstimos oficiais para sua crise de pagamento.”⁶

A escolha de Gudín, questões políticas internas à parte, relacionava-se ao seu prestígio junto à comunidade financeira internacional. Como recorrentemente se fez acontecer na vida econômica brasileira, a crise externa novamente se instalava, fruto em parte da contração das exportações de café. A despeito de seu citado prestígio, não foram fáceis as negociações para obtenção de recursos junto aos organismos multilaterais, em boa medida pelo crescente desinteresse norte-americano em ajudar financeiramente o Brasil, já notável desde 1953 com a vitória do Partido Republicano.⁷

A questão do desequilíbrio externo naquele ano de 1954, e seu enfrentamento pelo Ministro Gudín traz à tona uma das decisões de política econômica mais importante daqueles anos e que trouxe importantes impactos no desenvolvimento futuro da economia brasileira. Como bem observava Pinho Neto, se as negociações junto aos organismos internacionais deram resultados pífios para o enfrentamento do desequilíbrio, haveria que

⁵ “Com a morte de Getúlio desfizera-se, pensava eu, a aliança nacional populista, abrindo espaço para um maior grau de racionalidade de política econômica.” Em outro trecho: “... a excepcional qualidade do time econômico no início do governo Café Filho Gudín, com a experiência de empresa e sólida formação teórica; Bulhões, com um profundo conhecimento de finanças públicas; e Clemente Mariani, com experiência política e conhecimento operacional do sistema bancário – um verdadeiro dream team.” Campos, Roberto: *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, pp. 246-247. Sobre Eugenio Gudín, ver Bielschowsky, Ricardo: *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/PNPE, 1988 (cap. II: O Pensamento Neo Liberal).

⁶ Cf. Campos, R.: op. cit., pp. 246-247.

⁷ Para uma análise da política econômica do governo Café Filho veja Pinho Neto, Demóstenes Madureira: “O Interregno Café Filho” in Abreu, op. cit., pp. 151-164.

buscar melhoria de longo prazo, como foi o objetivo da Instrução 113 da SUMOC, de 17 de janeiro de 1955⁸. Assim, a Instrução deve ser vista no contexto da crise cambial, de uma específica abordagem do desequilíbrio externo, já que no curto prazo as dificuldades eram muitas, como bem demonstravam as frustradas negociações de 1954.

A Instrução 113 teve efeitos importantes para o governo Kubitschek e o acelerado processo de crescimento industrial. É importante considerar, ademais, que ao facilitar a importação de equipamentos mediante “a emissão de licenças de importação sem cobertura cambial”, além de facilitar o processo burocrático, em última instância representou um reforço na própria industrialização brasileira. Ora, embora se possa criticar que a Instrução reforçava o processo de desnacionalização da economia brasileira, tal medida foi tomada sob a administração de quem era crítico impiedoso do processo de industrialização acelerada sob o incentivo explícito do Estado. Desta maneira, deve-se, ainda que em parte, relativizar a tão propalada profissão de fé de Eugênio Gudín na agricultura. Como já se observou alhures, o anti industrialismo de Gudín está mais associado ao “ritmo” da expansão da renda industrial, acelerado demais a seu juízo, do que a uma fé na vocação agrícola do Brasil ou na inviabilidade do nosso desenvolvimento industrial.⁹

Fiel à sua pregação anti inflacionária, explícita ao determinar o combate ao aumento generalizado de preços como sua mais importante missão no comando da política econômica, o Ministro da Fazenda baixa as Instruções 105, 106 e 108, nas quais eleva os juros para os depósitos à vista e a prazo e aumentava as taxas de desconto para duplicatas e promissórias – nada mais coerente para quem observava que o aumento do crédito, no caso brasileiro, levava à inflação com reflexos no desequilíbrio do balanço de pagamentos e no aumento dos déficits externos.

O que de fato reforçaria a política de restrição de liquidez seria, na verdade, a Instrução 108 que aumentava de 4% para 14% o depósito compulsório sobre os depósitos à vista e de 3% para 7% sobre os depósitos a prazo superior a noventa dias. Como bem observa Pinho Neto, “... a novidade da Instrução, que seria o primeiro passo de uma reforma bancária mais ampla, consistia no recolhimento do compulsório à caixa

⁸ O texto completo de Instrução 113 está em Carone, Edgar: *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980, pp. 378-380.

⁹ A importância de Eugênio Gudín para a economia brasileira como homem público e no debate intelectual não pode ser tratada de maneira simplificada e incompleta, como parecer ser o caso desta interpretação: “Assumiu cargos públicos, chegando a Ministro da Fazenda. Teve uma breve gestão, inclusive por tentar por em prática o plano de suas idéias: a mudança da liderança do setor industrial para o setor agrícola. Impossível, na atual correlação de forças da década de 50 no Brasil. Não era possível parar o trem da história e engatar a marcha ré. Não abrindo mão do seu projeto, resta-lhe a saída, como bem lembrou Roberto Campos, carregando sua bengala e o chapéu.” Borges, Maria Angélica: *Eugênio Gudín: Capitalismo e Neo Liberalismo*. São Paulo: Bienal/Educ, 1996, p. 274.

da SUMOC e não mais do Banco do Brasil.”¹⁰ Consistente com estas medidas limitava-se também o disponível para empréstimos em diversas carteiras do Banco e reduziu-se substancialmente o déficit orçamentário para 1955.

Quando da Instrução 70, ainda no governo Vargas, Gudin teria colaborado na feitura deste importantíssimo instrumento para a política econômica e, uma vez Ministro, tinha na Instrução uma importante fonte de recursos para o Estado sem recorrer às emissões ou ao aumento de impostos: “as taxas múltiplas representavam então um meio preciso de se conseguir o equilíbrio do balanço de pagamentos e de evitar essa agravação da inflação, sem recorrer à providência, por tantos motivos detestáveis, das quotas e licenças prévias.”¹¹ Em certa medida, ao advogar e mesmo praticar preços diferenciados para o câmbio revela-se a face mais importante do pragmatismo, mais importante que idéias e convicções e isto não faltou nem mesmo a Gudin e seu propalado liberalismo quando no comando da economia.

Os dados disponíveis revelam quedas acentuadas nas taxas de expansão do crédito quando da gestão de Gudin. Houve uma severa restrição creditícia com resultados decepcionantes quanto à inflação. Observava a revista *Conjuntura Econômica* de janeiro de 1956 que “não obstante essa acentuada diminuição do ritmo de expansão do crédito bancário prosseguiu a pressão inflacionária a deteriorar o poder aquisitivo do cruzeiro no mercado interno. O custo de vida do Distrito Federal, que em 1954 se elevara-se a 21% chegou a 23% em 1955 ... estamos assistindo a transição do processo inflacionário de um tipo de ‘inflação de investimento’ para ‘inflação de custo’.” A publicação culpava o aumento do salário mínimo em 1954 como responsável pela inflação não ceder.¹²

Há que se considerar entretanto que Gudin deixa de ser Ministro em 13 de abril de 1955 e que os dados sobre a persistência inflacionária devem ser relativizados. A queda nos índices foi de fato expressiva no breve mandato de Gudin; a taxa de inflação mensal teria caído de 1,95% para 0,94%, fruto da severa, expressiva queda na expansão dos meios de pagamento.¹³

Eugênio Gudin pede demissão do Ministério em 04 de abril de 1955. A literatura que analisa o período e o depoimento dos contemporâneos aponta como razões principais, de um lado, as reclamações dos cafeicultores com o chamado “confisco cambial” (a compra de cambiais de exportação do café abaixo da cotação do mercado

¹⁰ Pinho Neto, D.M. op. cit., p. 155.

¹¹ Gudin apud Bielschowsky, p. 82.

¹² Cf. *Conjuntura Econômica*, ano X, no. 1, janeiro de 1956.

¹³ Campos, R., op. cit., p. 247. De fato, a taxa média de crescimento mensal da expansão do crédito caiu significativamente na gestão de Gudin. Nos primeiros oito meses de 1954 o Banco do Brasil e os bancos comerciais apresentavam 3,8% e 1,9%. Estes valores caem para 1,9% e 0,1% respectivamente. Pinho Neto, op. cit., p. 156.

livre) e de outro, mais imediata, o pedido de substituição da presidência do Banco do Brasil, pedido este feito por Jânio Quadros.

Certamente o pedido de substituição de Clemente Mariani por um paulista em um cargo tão importante e decisivo como a presidência do Banco estava relacionado à severidade da contenção creditícia praticada, como mostram os dados acima. Os impactos sobre o ritmo dos negócios significou o crescimento do número de falências e concordatas e corrida aos bancos. Entretanto, outras questões emergem deste episódio. Nos quadros da conjuntura política de então a troca de titulares de cargos importantes na administração federal atendia a outras questões, para além da política econômica. Houve então um acordo político entre Jânio Quadros e Café Filho, em que o recém eleito governador de São Paulo não se candidataria às eleições presidenciais de 1955 e, mais do que isso, apoiaria a candidatura de Juarez Távora à Presidência. Em troca, além da concessão de um empréstimo para São Paulo, caberia ao governador deste estado indicar um novo presidente para o Banco do Brasil – no caso, o banqueiro Alcides da Costa Vidigal – e o novo Ministro da Viação e Obras Públicas.¹⁴

Este episódio da história econômica brasileira recente dá margem a várias interpretações. Demosthenes Madureira de Pinho Neto refere-se ao episódio como o apaziguamento da plutocracia paulista, ainda mais que o novo ministro passa a ser José Maria Whitaker, banqueiro paulista, defensor da cafeicultura e crítico impenitente do “confisco cambial”. Um depoimento a respeito deste episódio é o do Professor Octavio Bulhões que comentando a saída de Mariani do Banco do Brasil por imposição de paulistas afirma “seria para espalhar dinheiro” e que “... o paulista é muito prático. Viu que a melhor maneira de receber dinheiro era botar um presidente paulista no Banco do Brasil. Assim acabavam as reclamações.”¹⁵

¹⁴ Veja Chaia, Vera, op. cit., p. 131.

¹⁵ Bulhões, Octávio Gouvêa. Depoimento. Brasília: Banco Central do Brasil – Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1990, p. 114. “Havendo restrições e os produtores querendo mais crédito, eles (os paulistas) julgaram preferível, em vez de estar discutindo – porque não valia nada discutir com o professor Gudin, ele tinha opinião formada – pleitear a presidência do Banco do Brasil. Ficando com a presidência do Banco eles poderia ter o crédito que quisessem. Forçaram portanto o Café Filho a admitir um presidente do Banco do Brasil que viesse de São Paulo, indicado por eles. Café Filho acabou cedendo e por esse motivo o Gudin saiu. Gudin saiu por causa da saída do Mariani: não foi o Mariani que acompanhou o Gudin, ao contrário, o Gudin que acompanhou o Mariani.” op. cit., p. 115. Convém considerar a opinião do jornal O Estado de São Paulo na queda do Ministro Gudin: “A estréia do Sr. Governador de Estado no domínio da política federal acaba de provocar o pedido de demissão do Ministro da Fazenda Sr. Eugênio Gudin. A repercussão perniciosa dessa resolução inevitável mercê dos fatos independentes da vontade de S. Exa. demonstra cabalmente a procedência da maneira pela qual caracterizamos a intervenção do Sr. Jânio Quadros na administração da União.” O editorial afirmava ainda “Pela sua doutrina sadia, pela sua coerência e pela sua coragem de assumir atitudes impopulares, mas indispensáveis aos interesses coletivos, o Sr. Gudin, tornou-se tanto no País quanto no estrangeiro, símbolo de nossa disposição de chegar a uma política econômica financeira que desistindo de demagogia, de ostentação e de aventuras, nos conduza a uma situação de estabilidade monetária, de sólida prosperidade e harmonia social.”. O Estado de São Paulo, editorial, 06/04/1955.

Quantas questões não poderia emergir a partir de uma interpretação como essa. A plutocracia paulista, expressão imprecisa e com uma possível carga pejorativa, a colocação dos diferentes interesses com um claro vezo regionalista, paulistas pragmáticos, indiferentes à racionalidade da política econômica. Como uma recorrência na história econômica brasileira, o Banco do Brasil mais do que seguir a orientação no geral contracionista do Ministério da Fazenda, deveria, antes de tudo, “atender à produção”, inviável com a queda acentuada na expansão do crédito – de uma média mensal de 3,8% entre janeiro de agosto de 1954 para 0,4% na administração de Gudin. Desta forma, a ortodoxia de agosto de 1954 a abril de 1955 na política econômica por certo demonstrava o curto alcance e baixa aceitação dos setores produtivos.

José Maria Whitaker, banqueiro paulista de longa vivência no setor público, retorna ao Ministério da Fazenda. Em tempos outros, no final de 1945, pós Estado Novo, advogava a supressão de todos os institutos e órgãos reguladores, a unificação das receitas e despesas no Tesouro Nacional, a transformação do Banco do Brasil em banco comum e a criação de um Banco Central.¹⁶

Para o novo ministro a razão de ser de seu cargo era fazer a reforma cambial, portanto, uma razão diferente da do seu antecessor que como se viu buscava combater a inflação. Entre as primeiras medidas que tomou destaque-se a revogação das Instruções 108 e 106 em parte decorrente da falência de importante estabelecimento bancário no Rio de Janeiro que levava a uma corrida bancária.

De fato, o crescimento do crédito apresentava taxas bem mais significativas após a ascensão de Whitaker. O Banco do Brasil triplicou sua taxa de crescimento - de 0,4 % para 1,2% - e mais expressivo ainda foi o crescimento dos bancos comerciais, de 0,1% entre agosto de 1954 e março de 1955 para 1,6% daquele mês até novembro. Como anotou Roberto Campos: “Para Whitaker, os financiamentos produtivos à indústria e comércio, para um ciclo de negócios de 120 dia não seriam inflacionários. Inflacionários seriam apenas os financiamentos para cobertura do déficit público.”¹⁷

No curto mandato de Whitaker, há que se destacar ainda a suspensão de compras de café pelo governo que provocou protestos tanto junto aos cafeicultores quanto junto ao IBC e descontentamento de autoridades importantes¹⁸.

¹⁶ Para uma biografia de José Maria Whitaker veja Whitaker, J.M. *O Milagre da Minha Vida*. São Paulo: Hucitec, 1978. Ver também o verbete “Whitaker, José Maria” in Alves de Abreu, Alzira et alii: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, pp. 6127-6130.

¹⁷ Campos, R., op cit. Veja também Whitaker, José Maria: *Seis Meses, De Novo, no Ministério da Fazenda*. s.d, 1956.

¹⁸ “A administração brasileira atual, dá a impressão de propender para o abandono do café à sua própria sorte, restituindo-a à liberdade de comércio, o que vale dizer à rendição incondicional dos baixistas, pois nas condições atuais de desequilíbrio, isto é, de oferta superior à procura, a abertura das comportas importará na inundação mortal dos mercados.” Souza Dantas, Marcos de: “Considerações sobre a Conjuntura Econômica Brasileira”. *Digesto Econômico*, no. 126, ano XII, novembro/dezembro 1955.

Como observado acima, o mote principal das propostas de política econômica seria a reforma cambial e a eliminação do “confisco cambial” imposto aos produtores de café. Pela perspectiva da reforma é possível compreender o sentido de suspender as compras do nosso principal produto de exportação. Whitaker pregou longamente, através de artigos publicados na imprensa, que o confisco cambial era um crime, uma expropriação. Por exemplo, em artigo de 11 de maio de 1954: “... desprezando as frações, o valor médio do dólar, o café nas licitações é de Cr\$ 50,00 – Cr\$ 23,00 para o lavrador e Cr\$ 27,00 para o governo. Sem nenhum exagero, é espantoso.”¹⁹

A proposta de reforma cambial da autoria de Roberto Campos do BNDE e Paulo Correia da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, propunha, segundo Campos, dar uma vocação exportadora ao Brasil, em que a taxa cambial seria neutra sem as manipulações tradicionais. O chamado câmbio-café seria desvalorizado em 10% e o confisco cambial eliminado gradualmente em dois anos. A proposta de reforma cambial, a despeito de seus méritos frente aos problemas econômicos, ao mexer no preço mais importante do sistema econômico implicaria em mudança nos preços relativos com impactos diferentes entre os setores – condição por si mesma bastante problemática. Ademais, há que se registrar quão difícil foi em outros momentos efetivar tal reforma; mesmo a Instrução 70, que não pode ser considerada propriamente um reforma cambial, tinha no seu escopo mais uma solução de emergência para a crise cambial de 1952, do que uma mudança de maior fôlego. Não menos importante é considerar também, que no quadro de permanente desequilíbrio cambial de 1954-55, as indefinições quanto à reforma apenas faziam aumentar ainda mais a instabilidade econômica. Assim, as exportações de café não transcorriam normalmente na expectativa do novo câmbio.²⁰

A recusa da quase totalidade dos ministros em aprovar a reforma cambial, quanto mais na conjuntura política marcada pelas eleições de 1955, inviabilizou-a na prática e implicou na saída de José Maria Whitaker do Ministério da Fazenda em 11 de outubro de 1955.

¹⁹ Whitaker, J.M. “Aplicação dos Ágios”. *Diário de São Paulo*, 11 de maio de 1954. apud *O Milagre*.

²⁰ Em outubro de 1958 o mesmo Roberto Campos e Luca Lopes lançaram o PEM – Plano de Estabilização Monetária que propugnava também uma reforma cambial. A revista *Desenvolvimento e Conjuntura* no editorial “Posições diante do desenvolvimento econômico, o nacionalismo e o equilíbrio” considerava o PEM como exemplo de equilíbrio: “... a posição atual do equilíbrio assemelha-se à dos respeitáveis senhores do começo do século que circulavam pelo nosso verão tropical em termos de casimira (e chapéu de sol) simplesmente porque este era o costume na Europa. Nossa proposta não seria, propriamente, que andassem nus, mas, apenas que escolhessem tecidos mais apropriados à temperatura local, ainda que o feitio da roupa fosse ditado pela elegância européia.” *Desenvolvimento e Conjuntura*, Confederação Nacional da Indústria, no. 12, ano III, dezembro de 1959.

Conclusão

Estas breves considerações sobre a política econômica do governo Café Filho vistas para além das dificuldades da conjuntura econômica que aqui se tentou retratar, os fracassos de um programa de estabilização e de uma reforma cambial sugerem uma interpretação que o desenvolvimento da economia incorria num certo rumo de continuidade a despeito das tentativas de mudanças tão importantes quanto foram propostas pelas administrações econômicas que aqui se analisou.

A derrota do projeto de Gudin, seja a vitória da esperteza da plutocracia paulista ou não, assim como, se é que houve uma derrota desta mesma plutocracia com a derrota do projeto de reforma cambial de Whitaker, apenas reforça a continuidade do chamado Estado Desenvolvimentista, o velho expediente da “fuga para a frente”, ou como observam Lessa e Fiori, “o *intermezzo* udenista de Café Filho com o rotundo fracasso do projeto Gudin está a indicar que a rota já estava traçada. A estratégia de desenvolvimento aberto e integrador, sustentado em grande medida pelo Estado e capitais forâneos fez-se consensual com Vargas e bem sucedido com J.K.”²¹

Bibliografia

- ALVES DE ABREU, Alzira et alli. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001
- BESSERMAN VIANNA, Sérgio. “Duas tentativas de estabilização: 1951-1954” in ABREU, Marcelo de Paiva (org.): *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- BIELSCHOSWKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/PNPE, 1988.
- BORGES, Maria Angélica: *Eugênio Gudin: Capitalismo e Neo Liberalismo*. São Paulo: Bienal/Educ, 1996.
- BULHÕES, Octávio Gouvêa. Depoimento. Brasília: Banco Central do Brasil – Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1990.
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- CARONE Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.
- CEPAL. *Reports for 1953*. Nações Unidas.
- CHAIA, Vera. *A Liderança Política de Jânio Quadros*. Ibitinga: Editora Humanidades, 1991.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, ano X, no. 1, janeiro de 1956.
- DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA, Confederação Nacional da Indústria, no. 12, ano III, dezembro de 1959.

²¹ Lessa, C. e Fiori. J. L. *As Falácias do Nacionalismo Popular no Segundo Vargas*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, 1983. (Texto para Discussão no. 30).

- LESSA, Carlos e FIORI José Luis. *As Falácias do Nacionalismo Popular no Segundo Vargas*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, 1983. (Texto para Discussão no. 30).
- MALAN, Pedro, BONELLI, Régis, ABREU Marcelo e PEREIRA, José Eduardo. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2a. edição.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, Editorial, 06/04/1955.
- PINHO NETO, Demóstenes Madureira. “O Interregno Café Filho” in ABREU, Marcelo de Paiva (org.): *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- SOUZA DANTAS, Marcos de. “Considerações sobre a Conjuntura Econômica Brasileira”. *Digesto Econômico*, no. 126, ano XII, novembro/dezembro 1955.
- WHITAKER, José Maria. *O Milagre da Minha Vida*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- WHITAKER, José Maria. Seis Meses, De Novo, no Ministério da Fazenda. s.d, 1956.